

# CURSO PRÁTICO PARA VEREADORES

## PÚBLICO ALVO:

Vereadores, Presidentes das Câmaras, Diretores, Assessores e Servidores.

## CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

- AS FUNÇÕES LEGISLATIVAS
- O PROCESSO LEGISLATIVO
- AS ESPÉCIES NORMATIVAS MUNICIPAIS
- COMPETÊNCIA QUANTO À INICIATIVA
- PARECER DAS COMISSÕES
- DA DELIBERAÇÃO DAS PROPOSITURAS
- SANÇÃO OU VETO
- PROMULGAÇÃO E PUBLICAÇÃO
- A ADMINISTRAÇÃO DA CÂMARA
- A MESA DIRETORA
- A ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DA CÂMARA MUNICIPAL
- OS CARGOS DA CÂMARA
- AS REUNIÕES DA CÂMARA.
- O QUE OS VEREADORES PRECISAM SABER SOBRE A LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL
- O QUE OS VEREADORES PRECISAM SABER SOBRE A LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO

# CURSO PRÁTICO PARA VEREADORES

## INVESTIMENTO POR PARTICIPANTE:

R\$1.200,00 (UM MIL E DUZENTOS REAIS) por inscrição.

Podendo ser concedido desconto de 15% na inscrição de 5 (cinco) pessoas ou mais.



# ICOGESP

Instituto de Consultoria e Gestão Pública

106 N. Av. JK, Lote 01, Sala 102  
Palmas-TO

**(63) 3215.0357 / 99283-8298**

[icogesp@icogesp.com.br](mailto:icogesp@icogesp.com.br) [www.icogesp.com.br](http://www.icogesp.com.br)



# CURSO PRÁTICO PARA VEREADORES

**7 e 8 de julho de 2017**

**Pedro Afonso - TO**

## Apresentação

A ICOGESP-Instituto de Consultoria e Gestão Pública, oferece, neste primeiro semestre de 2017, às Câmaras Municipais do Brasil, de forma pioneira, a prestação de serviço em “CURSO PRÁTICO PARA VEREADORES COM VISTA AO MANDATO 2017 / 2020” sobre O PROCESSO LEGISLATIVO e A ADMINISTRAÇÃO DA CÂMARA.

### PARA VOCÊ QUE É VEREADOR:

Em 2017 muitos Vereadores estão na Câmara Municipal em “Primeiro Mandato”, e como é normal, ficam ansiosos e até mesmo preocupados com a realização dos trabalhos conforme divulgados nas suas campanhas eleitorais no ano passado.

Sabemos que em uma Câmara Municipal encontramos Vereadores das mais diversas profissões e escolaridade. Temos médicos e temos fazendeiros; temos professores e pessoas de ensino médio; temos servidores públicos e taxistas; advogados, vendedores e eletricitas, e assim por diante.

Dentro desta heterogeneidade, desta diversidade de comportamento e posicionamento social, encontramos a essência e a beleza do Poder Legislativo Municipal, como Poder Representativo da População. Com isto, podemos afirmar que na relação entre a sociedade e o Estado (como um todo), é o Poder Legislativo que representa a sociedade.

O mandato político do Vereador como representante do povo, constitui, portanto o elemento básico da democracia, ou seja, aquele em que o poder, cujo titular é o povo, é exercido, em seu nome, por seus representantes periodicamente eleitos.

Então, como representante do povo o que faz o Vereador?

Será que ele está na Câmara apenas para dizer “sim” ou “não” a um Projeto de Lei?

Quando falamos em “fazer uma lei” verificamos aqui uma “dúvida” que acompanha o Vereador que assume o seu primeiro mandato, e aí sempre vem a pergunta: QUE TIPO DE LEI O VEREADOR PODE FAZER? COMO FAZER UMA LEI? Este “pode fazer” e “como fazer”, só poderá ser analisado quando estudarmos o Processo Legislativo.

Na primeira parte deste “CURSO PRÁTICO PARA VEREADORES COM VISTA AO

MANDATO 2017 / 2020” módulo “O Processo Legislativo”, estaremos estudando todas as fases para se “fazer uma Lei”, desde seu protocolo na Câmara até a sua sanção e ou veto. Já na segunda parte o Vereador conhecerá toda parte administrativa da Câmara, em uma linguagem simples, porém objetiva.

Interessando por este Curso, o Vereador demonstrará seu ânimo e vontade de exercer o mandato com responsabilidade.

Não se esqueça: O Vereador precisa ser ousado e fazer a diferença na Câmara.

### PARA VOCÊ QUE É SERVIDOR:

No mundo atual e globalizado em que vivemos, o mercado de trabalho mostra-se cada vez mais exigente, e a busca por uma colocação profissional não é mais uma questão de empenho ou de sorte, e sim de qualificação. A qualificação profissional deve ser vista como fator determinante para o futuro daqueles que estão buscando sua permanência no trabalho junto ao Poder Legislativo.

Em resumo: ou você se capacita ou vai continuar a vida toda na função em que se encontra hoje. (Isto se não for exonerado, caso seja Comissionado). Tenha em mente que você “tem muitos patrões” ou “muitos chefes”, que são os Vereadores, e se quando questionado você não souber responder à altura, com certeza será deixado para “escanteio”.

### AS FUNÇÕES LEGISLATIVAS

Constituinte, Legislativa, Fiscalizadora, Julgadora, Meramente Deliberativa, e Político-Parlamentar.

## Conteúdo Programático:

O PROCESSO LEGISLATIVO: Conceito, Princípios e Finalidade.

AS ESPÉCIES NORMATIVAS MUNICIPAIS

Emendas à Lei Orgânica - Leis Complementares - Leis Ordinárias - Decretos legislativos - Resolução, etc.

COMPETÊNCIA QUANTO À INICIATIVA

Das matérias de natureza Concorrente, Privativa e Vinculada.

Que tipo de Projeto pode ser apresentado pelo Vereador?

PARECER DAS COMISSÕES

A extrema importância dos pareceres das Comissões

DA DELIBERAÇÃO DAS PROPOSITURAS

Urgência, prazos, deliberação, votação, “quorum”, emendas, etc.

SANÇÃO OU VETO

Conceito - A natureza e pressupostos jurídicos da sanção “expressa” ou “tácita”

Pressupostos legais e constitucionais para fundamentação do Veto / Parcialidade ou totalidade do veto – procedimentos.

Prazos para apreciação do veto

Implicações jurídicas quanto à perda dos prazos

PROMULGAÇÃO E PUBLICAÇÃO

A exteriorização dos atos legislativos ou regulamentares

O que é “Promulgação” e “Publicação”?

A ADMINISTRAÇÃO DA CÂMARA - A MESA DIRETORA

Conceito e finalidade.

Competência de cada membro da Mesa.

A ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DA CÂMARA MUNICIPAL

Informações sobre as unidades administrativas das Câmaras Municipais, a saber:

Corpo Legislativo; Secretaria; Contabilidade; Serviços Gerais; Outras

OS CARGOS DA CÂMARA

O Provimento dos cargos; Cargos efetivos e cargos Comissionados; Nepotismo;

O QUE OS VEREADORES PRECISAM SABER SOBRE A LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL;

O QUE OS VEREADORES PRECISAM SABER SOBRE A LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO

O direito de acesso às informações públicas na Constituição Federal;

Aplicação da Lei de Acesso à Informação aos Municípios;

Do procedimento de acesso à informação;

Recursos tecnológicos para o acesso à informação;

Das restrições de acesso às informações.

Lei da Transparência das Contas Públicas

A necessidade da transparência nas contas dos governos;

A transparência na legislação brasileira;

Mecanismos de cumprimento da legislação, especialmente no que se refere à Lei Complementar no 101, de 2000 alterada pela Lei Complementar no 131, de 2009;

Quais informações que deverão ser disponibilizados pelos órgãos públicos.